

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, AVALIAÇÃO E
PRODUÇÃO PEDAGÓGICA EM SAÚDE – EducaSaúde**

**RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL
EM SAÚDE MENTAL COLETIVA**

Laura Anelise Faccio Wottrich

Um convite ao brincar

Reflexões sobre a produção do cuidado e da saúde
em espaços de invenção e criatividade

Orientadora: Bianca Sordi Stock

Porto Alegre, RS
2013

Momento de Agradecer

À minha família, por todo apoio e incentivo, e por saberem fazer-se presentes mesmo na distância.

Aos colegas e amigos que, pela via da amizade e do compartilhar, tornaram o andar da residência mais leve e possível.

À Bianca, pela generosidade do compartilhar, que com entusiasmo e alegria muito me ajudou a seguir investindo nesta escrita.

Ao meu avô João (*in memoriam*), pelas brincadeiras com que me presenteava e por tudo que inventou para nos deixar.

Às crianças, seus sonhos e futuros porvir.

SUMÁRIO

UMA PEQUENA PRIMEIRA HISTÓRIA, PRA COMEÇAR.....	4
1. SOBRE AS INFÂNCIAS DE QUALQUER IDADE.....	7
2. BRINCAR E INVENTAR – AGORA NOS SERVIÇOS E EQUIPES DE TRABALHO.....	18
2.1 Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada.....	19
2.2 As marcas de um cuidado.....	24
2.3 De ventanias e utopias.....	27
INVENTANDO UM FINAL POSSÍVEL.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

UMA PEQUENA PRIMEIRA HISTÓRIA, PRA COMEÇAR...

Puro engano de inocentes e desprevenidos,
o princípio nunca foi a ponta nítida
e precisa de uma linha,
o princípio é um processo lentíssimo, demorado,
que exige tempo e paciência
para se perceber em que direção quer ir,
que tenteia o caminho como um cego,
o princípio é só o princípio, o que fez
vale tanto como nada.
[A Caverna – José Saramago]

Encontrar-me com a folha em branco tem sido uma difícil e dolorosa experiência nesses últimos tempos. Por mais que me sentisse recheada de ideias sobre o que e como escrever, ao colocar-me em frente à tela do computador as palavras pareciam simplesmente sumir, e a angústia dava sua cara.

Em uma manhã, resolvo retomar a leitura de um livro de Ricardo Rodolfo e, ainda não sei bem por que, vem-me à lembrança a cena de um acompanhamento terapêutico que fiz no ano anterior, quando estava em outro campo da residência. Decido escrever sobre ela; ainda que, em meio ao monte de ideias que vinha reunindo para este trabalho, eu não considerasse a possibilidade de retomar as experiências do meu primeiro ano da residência. Havia decidido escrever sobre as experiências na e com a infância, optando não contemplar as dolorosas vivências do ano anterior. Mas o fato é que a lembrança que me veio à tona não era de uma vivência dolorosa. Ao contrário,

trata-se de um belo encontro que se deu no processo de acompanhamento de uma família do residencial terapêutico.

Algumas sessões de análise e a leitura de Rodulfo ajudaram-me a construir uma hipótese sobre esse abismo que se apresentava a cada tentativa de escrita e o que depois me colocou a trabalhar. Primeiro, o fato de que este trabalho é um trabalho de conclusão da residência. Escrevê-lo, portanto, é começar a escrever também este final (ou os vários finais que vão se apresentando).

Entendo este *escrever os finais* na perspectiva que se abre com a leitura de Rodulfo (2004): não no sentido da escrita que simplesmente expressa algo, mas de um processo que produz algo. Trata-se, então, de começar a produzir estes finais, estas conclusões, delinear seus contornos e poder habitá-los, tendo que começar a vislumbrar os nós possíveis que amarrarão o que vem sendo tecido, ao mesmo tempo em que se coloca necessário o exercício de escolha e investimento nas linhas e costuras que serão tecidas após a residência.

Seria isso algo como habitar um *espaço entre*? Entre o que já se vai / está-se indo e aquilo que já vem vindo logo aí?

Habitar um lugar de conclusão parece, assim, que convoca a habitar também já um outro lugar que começa a despontar. Momento nada fácil este...

No entanto, podemos recorrer a Winnicott e Deleuze para resgatar a potência de uma experiência assim. Neste “espaço entre” cabe a ideia do espaço potencial winnicottiano como uma “terceira área do viver humano”, um lugar de transicionalidade que abriga o brincar criativo do bebê no início da vida, mas que segue no decorrer do tempo como o lugar em que a experiência cultural e de criação irá se localizar. Nesta zona intermediária – entre o indivíduo e o meio ambiente, entre a realidade psíquica

interna e o mundo real externo – é possível se carregar elementos dos territórios e das bordas que a compõem. Nas palavras de Winnicott (1975):

A criança traz para dentro dessa área da brincadeira objetos ou fenômenos oriundos da realidade externa, usando-os a serviço de alguma amostra da realidade interna ou pessoal. Sem alucinar, a criança põe para fora uma amostra do potencial onírico e vive com essa amostra num ambiente escolhido de fragmentos oriundos da realidade externa (p.76).

Deleuze também nos lembra da potência dos “entres”, falando em relação ao tempo e ao paradoxo. Em *Lógica do Sentido* (2007), o autor retoma a história e as aventuras de Alice no País das Maravilhas para trabalhar seu conceito de devir:

Quando digo ‘Alice cresce’, quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela também se torna menor do que é agora. Sem dúvida, não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Mas é ao mesmo tempo que ela se torna um e outro. [...] é ao mesmo tempo, no mesmo lance, que nos tornamos maiores do que éramos e que nos fazemos menores do que nos tornamos. Tal é a simultaneidade de um devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furta ao presente, o devir não suporta a separação nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro. Pertence à essência do devir avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo: Alice não cresce sem ficar menor e inversamente. O bom senso é a afirmação de que, em todas as coisas, há um sentido determinável; mas o paradoxo é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo (p.1).

Assim, “entre o que já se vai / está-se indo e aquilo que já vem vindo logo aí” há espaço potencial, há paradoxo, há devir, há potência. Este lugar de conclusão faz-se, assim mesmo, paradoxal: encerramento e abertura; fim de um ciclo que simultaneamente já abre a possibilidade de novos ciclos se iniciarem.

O encerramento aqui não é algo que fecha, então, como uma prisão, mas algo que abre, termina e começa, movimenta. E o paradoxo não é algo a ser resolvido, mas aceito e tolerado, segundo Winnicott (1975); um lugar a ser habitado.

Podemos agora seguir em frente com histórias de um tempo atrás...

1. Sobre as infâncias de qualquer idade

Deve ter alamedas verdes
 A cidade dos meus amores
 E, quem dera, os moradores
 E o prefeito e os varredores
 E os pintores e os vendedores
 As senhoras e os senhores
 E os guardas e os inspetores
 Fossem somente crianças
 [A Cidade Ideal – Chico Buarque de Holanda]

Escolho escrever sobre a infância.

Mas que infâncias?

Dou-me conta de que não se trata somente da infância como aquele tempo das crianças serem crianças, mas também de quando algo do infantil emerge no mundo ou no ser adulto.

Encontro ressonâncias para essa ideia nos artigos de Palombini & Ceccim (2009) e Kohan (2004), ambos tomados pelo conceito deleuziano de devir-criança. Kohan (2004) afirma a possibilidade de existência de duas infâncias: uma majoritária, associada à passagem do tempo cronológico e às etapas do desenvolvimento humano; e outra minoritária, habitante de uma temporalidade distinta e vivida como experiência, acontecimento, ruptura e criação – devir-criança. Palombini e Ceccim (2009) também elaboram uma distinção entre a *criança cronológica*, aquela que cresce, “torna-se adulta, aceita os agenciamentos de subjetividade que a sociedade faz, que as instituições impõem, que os pais acham belos, bons, honrados” (p. 308), e o *devir-criança*, experimentado como resistência a esses agenciamentos da temporalidade dominante e como produtor de vida. Ambos autores ressaltam que as duas infâncias ou os dois modos de ser criança não são excludentes, mas diferentes; e que podemos ser habitados por eles (se assim nos permitirmos) em diferentes momentos da vida.

[...] saber envelhecer não é manter-se jovem, mas extrair os fluxos que constituem a juventude de cada idade (ibid.). Devir-criança é, assim, uma força que extrai, da idade que se tem, do corpo que se é, os fluxos e as partículas que dão lugar a uma "involução criadora", a "núpcias antinatureza", a uma força que não se espera, que irrompe, sem ser convidada ou antecipada (KOHAN, 2004).

O que me fez pensar nisso foi a lembrança de uma cena, ocorrida à época em que eu acompanhava uma família de um serviço residencial terapêutico. O protagonista da cena foi justamente um senhor cujo sobrenome era *Velho*, mas que ocupava naquela casa o lugar de uma criança.

Seu João¹ Velho morava com um casal de amigos mais jovens, antigos conhecidos ainda do tempo em que os três habitavam os manicômios do Estado. Essa família, do jeito que a conheci, nasce quando eles se mudam para uma casa do residencial terapêutico. João Velho, então, já com certa idade, passa não só a dividir o espaço da casa e compartilhar o cotidiano com os amigos, mas também a ser cuidado por eles.

Foi aí, então, que muitas vezes peguei-me dando *pitacos* e parando pra conversar sobre a função e o cuidado que ali se construía. E, para além disso, hoje noto como muitas vezes acabei exercendo certa função materna, dando voz e sentido a falas de João Velho que já não eram muito escutadas na casa, fazendo leituras de seus olhares e silêncios, supondo coisas em seus gestos.

E que surpresa boa quando pude testemunhar algo de um desejo seu emergindo na cena do acompanhamento terapêutico.

Segue o relato da época:

“Já com João Velho, tudo foi um pouco mais devagar (afinal, ele já não é mais tão novo assim...). Durante muito tempo nossas conversas limitavam-se a um certo

¹ Este nome escolhido é uma homenagem a alguém que me foi muito querido e que sempre soube resguardar algumas preciosidades da infância. O nome real do protagonista da cena foi modificado a fim de preservar sua identidade.

script: ele perguntava qual era mesmo o meu nome, eu respondia, e então ele mostrava-me e repetia várias vezes algum detalhe da casa que lhe chamava atenção naquela semana – um dia, o teto que não estava bem limpo; no outro, o fogão ou a máquina nova; em outro ainda, o cachorro que brincava pela casa. Isso mudou quando, certa vez, o que lhe chamou a atenção foi uma bota que eu estava usando. Começamos a conversar sobre isso: ele perguntava se a bota molhava na chuva, eu respondia que não; ele dizia que a bota deveria ser boa para ir trabalhar na horta, eu dizia que talvez sim; ele perguntava se era muito cara, eu falava que poderíamos ir pesquisar os preços. Delineou-se, assim, o desejo de João Velho de ter uma bota como aquela e como a que seu colega de casa, Bento, também tinha. As saídas, que até então, eram com Clara, Bento², ou com os dois juntos, passaram a ser também com João Velho. Em um dia, fomos até a lotérica sacar o dinheiro necessário para a compra. Em outro, começamos a ir em algumas lojas. Mesmo não conseguindo uma bota como a que João Velho queria (já não era mais inverno e as opções eram poucas), ele acabou escolhendo um chinelo de couro, e eu surpreendi-me a cada saída que fizemos. Assim como no início João mostrava-me os detalhes de sua casa, na rua ele fazia o mesmo, com detalhes que certamente passam despercebidos para grande parte dos transeuntes. Finalizou apontando para um dos muros do São Pedro e dizendo-me que aquilo era o muro de uma prisão. Não pude discordar.”

Ao reler este trecho, lembrei imediatamente de uma frase escrita em uma lembrancinha recebida de uma escola de educação infantil: “Os saberes dos pequenos não são saberes pequenos” (Philippe Meirieu); sendo que, com Deleuze, podemos pensar os saberes pequenos no sentido dos devires minoritários, com toda sua potência de criação, transformação e afirmação da diferença.

² Os nomes reais dos colegas da casa também foram modificados pelo mesmo motivo acima citado.

Assim, o acontecimento da cena desdobrou-se, para mim, no surgimento de um João Velho que eu até então não conhecia – ou que até então não *acontecia*. Segundo Deleuze (2007), “o acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera” (p.152). É com este acontecimento, então, que se abre passagem para a potência de um devir-criança em João Velho e em mim, com suas possibilidades de experimentação, invenção e jogo.

O primeiro jogo que se colocou em cena foi o jogo dos nomes. A cada encontro meu nome era perguntado, posto em questão. Minha resposta seguiu sempre a mesma, e por muito tempo o jogo que se seguia também foi o mesmo: percorríamos juntos olhares para detalhes da casa que capturavam a atenção de João Velho naquele dia. Assistindo o curta-metragem “Dona Cristina perdeu a memória”³, questionei-me sobre que efeito poderia se produzir se minha resposta ao nome fosse outra. Algumas vezes João Velho perguntava se meu nome era Luísa; o que poderia vir a ser se eu fosse Luísa e não Laura?

Ainda nas trilhas de Alice, Deleuze (2007) afirma que, em última instância, a série de inversões e transformações que ela sofre tem como consequência a contestação de sua identidade pessoal e a perda do nome próprio. Para o autor, “o nome próprio ou singular é garantido pela permanência de um saber” (p.3); saber este que se fixa em nomes gerais, paradas e repousos, com os quais conserva uma relação constante. Desprender-se de meu nome, poder vir a ser Luísa e não Laura, seria o mesmo então que abrir mão de um saber, de um lugar conhecido. Prática esta que se faz ao mesmo tempo tão cara e tão difícil na clínica em geral, e no Acompanhamento Terapêutico, em específico.

³ Trata-se de um curta-metragem gaúcho, de direção de Ana Luiza Azevedo e produção da Casa de Cinema PoA, que conta a história de Antônio, um menino de 8 anos, e sua vizinha Cristina, de 80.

Palombini (2007) ressalta essa dimensão necessária à prática do AT, de se estar disponível para acolher e compartilhar desse saber outro, com seu tempo e lógica peculiares, como numa experiência de desterritorialização:

Para que possa introduzir-se como presença empática na relação com o acompanhado, à semelhança do que faz a mãe suficientemente boa, o *at* deve ser capaz de uma certa abstinência daquilo que é o eixo básico da constituição do seu eu – a organização espaço-temporal. Os relatos dos *ats* referem-se à vivência de um descompasso no tempo e à necessidade de prescindir da sua organização temporal para poder acompanhar ora o frenesi ora a lentificação de uma temporalidade cujos parâmetros lhe escapam. O encontro com essa outra espécie de ordem espaço-temporal – múltipla, heterogênea, caótica –, o seu acolhimento, implica o abandono de referências identitárias próprias e a abertura ao estranho que a psicose suscita, numa experiência pela qual não passam imunes os sujeitos nela implicados (2007, p.162).

No curta-metragem, D. Cristina lembra/inventa diferentes versões para os nomes de seus familiares de acordo com o nome com o qual lhe responde seu vizinho de oito anos. Cada nome lhe traz um santo à memória, e cada nome de santo lhe convida à invenção de uma nova história; como na bela leitura que Kohan (2004) faz das Memórias Inventadas, do poeta Manoel de Barros:

De forma semelhante ao tempo de Heráclito [*referindo-se ao tempo aiônico*], que brinca, como uma criança, a memória do poeta brinca, irreverente, com o passado, o presente e o futuro: altera sua ordem, não respeita sua sucessão; abre, a cada vez, um novo início da não continuidade, do não progresso, da não evolução. A memória se faz companheira e amiga da invenção, de um novo tempo, de um novo pensar.

O encontro entre D. Cristina e o menino pôde configurar-se como um jogo produtor de diferença e criação, em um enredo que vai amarrando histórias, escuta, objetos e desejo. O menino desprende-se de seu nome, inventa outros nomes para si e acolhe a produção que D. Cristina faz a partir daí. Neste encontro, criou-se um espaço possível para que cada um levasse um pouco de si e tomasse um pouco do outro, numa relação de troca em que ambos são acolhidos em seus desejos, cada um carregando seus “brinquedos”, assim como no espaço potencial winnicottiano – lugar do brincar e da criação. Juntos, os dois encontram um jeito de consertar a ponte em que o menino

Antônio vinha trabalhando, e encontram um modo de resgatar e guardar as memórias de D. Cristina.

Já em meu encontro com João Velho, o objeto-brinquedo que disparou uma mudança no jogo foi um par de botas, o que nos possibilitou a criação de um espaço de brincar e de novas experimentações. Neste jogo, o objeto de desejo pôde deslizar – do par de botas para o par de chinelos de couro – apontando que o essencial não é o objeto-brinquedo, mas sim o próprio ato de brincar, ou de jogar.

Marisa Cherubini (2012), em seu texto de apresentação do novo livro de Ricardo Rodolfo (Pais e Filhos – em tempo da retirada das oposições), retoma as ideias do autor com relação ao jogar enquanto processo de produção de subjetividade. Segundo ela, o jogo cria possibilidades e abre margens de negociação com a realidade; sendo que, se o sujeito não encontra este meio de elaboração possível, o que lhe resta é “procurar adaptar-se um pouco mais”. Nesse sentido, podemos pensar que o diálogo que se abriu a partir do interesse de João Velho pelo par de botas foi produtor desse espaço de negociação e de experimentação. O conjunto de suas perguntas sobre as botas e minhas respostas não fechadas foi-nos conduzindo em direção ao fora, à cidade, desenhando o contorno do acompanhamento terapêutico.

Este espaço de invenção que se cria no encontro, no tempo do acontecimento, pode ser visualizado mais facilmente no brincar infantil. É frequente acompanharmos brincadeiras onde as crianças jogam com outros nomes, outros personagens, outras singularidades em devir. Em um dia é-se a mãe na brincadeira, no outro já se é filho, em outro ainda pode-se viver em um castelo mágico com fadas e dragões. É neste brincar – no das crianças e também no dos adultos – que se encontram as propriedades do espaço potencial winnicottiano e do conceito de devir deleuziano. Ao lermos Deleuze (2007) afirmar que a propriedade do devir é “furtar-se ao presente”, podemos pensar que, ao se

habitar o espaço potencial do brincar e da invenção, também se está furtando de um presente – ou seja, das dores que o viver a vida real vai-nos impondo desde cedo.

No entanto, é justo neste lugar de brincar e inventar que podem surgir respostas criativas às situações experienciadas. Como afirma Winnicott (1975), “viver de maneira criativa ou viver de maneira não criativa constituem alternativas que podem ser nitidamente contrastadas”, entendendo a criatividade como o “colorido de toda a atitude com relação à realidade externa” (p. 95) e, portanto, como um ato de saúde. O autor aprofunda esta ideia, borrando as fronteiras diagnósticas entre o normal e o patológico e suas comuns relações diretas com a saúde e a doença:

É possível a uma pessoa esquizóide ou esquizofrênica levar uma vida satisfatória e mesmo realizar um trabalho de valor excepcional. Pode ser doente, do ponto de vista psiquiátrico, devido a um sentido debilitado da realidade. Como a equilibrar isso, pode-se afirmar que existem pessoas tão firmemente ancoradas na realidade objetivamente percebida que estão doentes no sentido oposto, dada a sua perda do contacto com o mundo subjetivo e com a abordagem criativa dos fatos (p. 97).

É o que também nos ensina Eduardo Galeano (1989) com sua arte de contar histórias, quando narra, no conto *Celebração da Subjetividade*, o que lhe disse o poeta José Coronel Urtecho:

[...] E nas margens do rio San Juan, o velho poeta me disse que não se deve dar a menor importância aos fanáticos da objetividade:

— *Não se preocupe* — me disse —. *É assim que deve ser. Os que fazem da objetividade uma religião, mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos, para salvar-se da dor humana.*

Assim, o viver de maneira criativa ou de maneira não criativa podem equivaler ao ser sujeito de seu percurso de vida ou fazer-se objeto do que lhe acontece. Nas palavras de Deleuze (2007), “tornar-se digno daquilo que nos ocorre, tornar-se o filho de seus próprios acontecimentos e por aí renascer, refazer para si mesmo um nascimento” (p. 152). Trabalhar no sentido de uma produção de atos de cuidado e de saúde significa, então, colocar-se à disposição para criar espaços onde possam emergir

os atos criativos e as potências de novos devires. Podemos pensar que é nesse sentido que Winnicott (1975) defende a importância do brincar também na clínica com adultos, ao afirmar que “se o terapeuta não pode brincar, então ele não se adequa ao trabalho. Se é o paciente que não pode, então algo precisa ser feito para ajudá-lo a tornar-se capaz de brincar” (p. 80).

Este espaço que se abre, portanto, é também o espaço onde podem se desenhar o cuidado e a produção de saúde. Mas, para que esse encontro ocorra, é preciso que se disponha de tempo. Não é raro encontrarmos serviços de saúde tomados pelo tempo da urgência – tempo que atropela o sujeito –, onde o cuidado acaba sendo burocratizado. Nesse sentido, o diálogo entre mim e João Velho poderia ter tomado outro rumo facilmente, caso não dispuséssemos de tempo e disponibilidade para o encontro. Suas perguntas sobre as botas poderiam ter sido encurtadas com respostas que lhe dissessem que aquelas botas não eram adequadas para se trabalhar na horta ou que, sim, deveriam ser muito caras. Ou ainda, se o caminho que se abriu com o despertar de seu interesse fosse podado, com a melhor das intenções de poupar tempo, e a compra fosse realizada sem a presença e o protagonismo de João Velho. Caso isso acontecesse, teríamos nos privado da riqueza e das surpresas que o andar pela cidade pode convocar.

A cidade, os seus espaços e tempos, restos e monumentos, em sua rica variabilidade, passam a ser concebidos como *matéria constitutiva* e primeira dessa clínica. A figura do *flâneur*, que Benjamin nos apresenta como alegoria do século XIX e de sua modernidade, ilustra um certo modo de relação à cidade que podemos aproximar à perspectiva que liga o AT ao espaço urbano: a dissolução dos limites entre interior e exterior (ou entre interioridade psíquica e realidade objetiva); a estrangeiridade com que se experimenta o que é familiar; o passeio por tempos desaparecidos, corroídos pela história, e que se retomam, no agora, para compor novos futuros, sempre inacabados; o andar distraído, à deriva, que se deixa levar pelo acaso mas que, ao mesmo tempo, dedica, aos detalhes que se revelam em seu percurso, às suas minúcias, toda a agudeza e sagacidade de que pode o olhar (PALOMBINI, 2007, p.174 e 175)

Transitar pela cidade, poder habitar o lado de fora, tornou possível a João Velho falar da prisão em que viveu em anos anteriores – ao mesmo tempo em que se

fazia possível olhar e falar sobre os detalhes da cidade que se abria a sua frente, em seu trânsito por ela. Paradoxo e devir novamente; passado e futuro compondo-se no mesmo caminhar. Aqui, a clínica apresenta-se intensa em seu potencial de produção de diferenciação. E Winnicott e Deleuze encontram-se novamente para nos auxiliar na composição deste espaço.

Fonseca e Kirst (2004), no belo artigo “O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica”, costumam fazer clínico e fazer cartográfico, e afirmam que “o que se quer é criar ponte, espaço intervalar, *intermezzo* capaz, se não de extinguir, ao menos minorar nossos medos da afecção das experiências”, e seguem, dizendo que “o clínico-cartógrafo pode vir a ser pensado como habitante da passagem, que deseja o vazio, o intervalo, o mundo a constituir e que lhe confere um ritmo de futuro” (p. 311). O espaço potencial apresenta-se novamente, lembrando que já afirmava Winnicott (1975) que, para que ele possa existir, depende-se das experiências do viver. Esse *espaço entre* que pode se criar no andar da clínica é falado também por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2004):

Forçando sempre os seus limites ou operando no limite, a clínica se apresenta como uma experiência do entre-dois que não pode realizar-se senão neste plano em que os domínios do eu e do outro, de si e do mundo, do clínico e do não-clínico se transversalizam. Daí a dificuldade da pergunta “onde a clínica se passa?” e a sua substituição por “o que se passa na clínica?”. E o que ali se passa tem a forma do paradoxo do que é e não é ao mesmo tempo (p. 279).

Entendemos, assim, a clínica como lugar de passagem, não limitada a um ou outro setting. O que interessa é que se construa como uma experiência da qual se recolham efeitos de subjetivação e de transformação para os sujeitos que nela se encontram envolvidos.

Para ajudar a compor o desenho e o valor de tal experiência, retomamos também a conferência de Jorge Larrosa Bondía (2002), “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. O autor coloca em análise alguns fatores contemporâneos que

têm tornado cada vez mais raras as possibilidades da experiência e, portanto, do sujeito da experiência; a saber: o excesso de informações e o imperativo do ter que se estar sempre informado e atualizado; a obsessão e o excesso de opinião, em geral reduzida a um posicionar-se a favor ou contra; o tempo cada vez mais veloz a que nos submetemos, sofrendo assim com a falta do próprio tempo; e o excesso de trabalho, capturado no imperativo do ter que se responder a tudo com algum fazer ou alguma ação. Segundo Bondía (2002),

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (p.24).

A experiência, então, requer que se experimente um outro tempo, como aquele de João Velho, que sabia e que se permitia dedicar-se aos detalhes de seus caminhos. Uma demora e uma repetição que se fazem produtoras de diferença, de singularidades. Esta lógica que amplia a dimensão dos pequenos detalhes e este tempo necessário à experiência são semelhantes ao que encontramos no andar de um acompanhamento terapêutico; como ressaltam Cabral e Belloc (2008):

Trabalhando com as pequenas coisas do cotidiano, com os recortes, os traços, aquilo que muitas vezes é apontado como banal, como a possibilidade de um sujeito conseguir pagar sua passagem em um ônibus, fornecer seu telefone, interagir com uma pessoa na rua, produzir uma imagem ou mesmo uma história. Algo que para a lógica do mundo em que vivemos pode de fato parecer bastante ínfimo, mas que na maioria das vezes exige um grande esforço por parte do sujeito que o executa – e horas, dias ou até meses de trabalho clínico (p. 86).

Da mesma forma, assim como a criança da qual nos falamos Diana e Mário Corso (2006), “garimpeira, sempre buscando pepitas no meio do cascalho numeroso que lhe é servido pela vida” (p.29), foi no trânsito entre a casa e a cidade, prenhas de detalhes, que João Velho e eu encontramos elementos para dizer de vivências de dor e

sofrimento (afinal, os muros da prisão que ele apontou também produziram intensos efeitos em mim); mas também para poder traçar um futuro possível a partir delas.

De fato, foi no caminho de volta para casa, depois de ter comprado o par de chinelos, que escutei pela primeira vez João Velho dizer algo de sua experiência nas instituições manicomiais. Até ali, as vozes da casa que falavam dos anos vividos em exclusão eram as de Clara e Bento.

Por muito tempo talvez, tomei-o no lugar que lhe era normalmente atribuído: o de uma enorme pequenez. E enorme foi a minha surpresa quando pude de fato começar a escutá-lo e a reconhecê-lo como sujeito vivo e desejante, e não apenas como o terceiro morador da casa, cuidado pelo “casal central”.

Nos passeios e saídas com João Velho sempre me ficava algo de paradoxal: ao mesmo tempo em que parecia olhar o mundo com olhos de criança, como se estivesse vendo tudo pela primeira vez, surgiam falas suas que diziam de uma sabedoria de quem já viu e viveu muito.

Agora me é possível dizer que se tratava de um devir-criança pedindo passagem em um corpo já marcado pelos anos vividos.

Penso que talvez João Velho tenha sido uma das crianças mais velhas que já conheci.

2. Brincar e inventar – agora nos serviços e equipes de trabalho

Através da cena do acompanhamento de João Velho, pudemos costurar conceitos e questões que nos são caros e que vão desenhando o contorno deste trabalho, tais como a ideia do espaço entre como espaço potencial, lugar do brincar, do jogo e da invenção; o devir-criança; a produção de cuidado e de saúde; a clínica e a criatividade. Todos estes elementos, no entanto, não se fazem presentes apenas no acompanhamento de um caso; precisamos encontrá-los produzindo efeitos também em outros lugares, como nos serviços e nas equipes e, por que não, no próprio andar da residência.

Abrimos espaço, assim, para as experiências nos serviços e nas / com as equipes de trabalho. Iniciamos com algumas reflexões sobre os espaços possíveis encontrados (ou não) no Residencial Terapêutico, seguindo depois para os demais lugares habitados no percurso da residência.

2.1 Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada...

Mendonça (2007), em um artigo sobre as intervenções nos residenciais terapêuticos, retoma o processo de investimento e cuidado necessários para que o morador passe de fato a habitar a casa, ocupá-la, ao invés de simplesmente estar dentro dela – ou seja, poder ocupar os vazios que a constituem, reinventá-la como espaço paradoxal, como território existencial (FONSECA, 2005). Já Rodolfo (2004), ao colocar em questão o caminho que a criança percorre até poder habitar outras superfícies para além do corpo materno, como uma lousa ou uma folha de papel, afirma que “habitar um lugar é colocar coisas próprias ali, mas o ponto é que não se faz isto sem profundas modificações subjetivas em quem as põe” (p.32), e segue dizendo que “a maneira que a criança tem – a única consistente – de se alojar num lugar é através das marcas que faz e que deixa nele” (p.33). O autor faz o caminho inverso ao tradicional, carregando elementos da clínica infantil para a clínica com adultos, afirmando que em outras idades também nos constituímos e nos reconhecemos nas marcas e nas escritas que produzimos.

Transportando essas ideias para as vivências no Residencial Terapêutico, podemos pensar que um processo que convoque um morador a de fato habitar sua casa precisa ir na direção de auxiliar o sujeito na produção das marcas que deseja imprimir ali. Em outras palavras, trata-se de ajudá-lo na construção de um espaço – que vai muito além do espaço físico, concreto – onde desejos e projetos possam ser convocados, acolhidos e investidos, onde devires possam existir. Como bem pontua Fonseca (2005),

Não basta que a consideremos [*a casa*] como um objeto arquitetônico, uma vez que nela ressoam forças de um verdadeiro universo, pequeno-grande mundo urdido pelos fios da memória e da imaginação, fios feitos de afecções, tecidos e esgarçados no desenrolar-se de um complexo espaço-tempo de singularidades contraídas. Espaço de intensidades que alimentam o desejo de serem distendidas e habitadas, espaço que não apenas aloja o inconsciente,

mas o produz, tornando-se sua toca, configurada ao modo-toupeira, ou seja, escavada com movimentos de seu próprio corpo (p. 152).

Construir uma casa, cuidar de uma casa, são operações conhecidas, mas cujos modos possíveis de se realizarem são muito variados e singulares. Em sua construção, há um intenso trabalho de investimento e invenção, tal qual o da criança com suas superfícies de escrita. Como afirma Rodolfo (2004),

[...] se não houver uma criança que a invista, que a invente como tal, uma lousa ou uma folha de papel não é mais do que uma “coisa” inerte entre as outras coisas. É só por uma espécie de ilusão de ótica – dada pela perspectiva adultocêntrica do observador – que ela preexiste à criança. E ainda quando possa se fundamentar uma precedência, isto não reduz o inegável: ao se alojar ali, uma criança a transforma em folha (p.32).

Mas, até chegar nesse ponto, a criança percorre um caminho de jogos subjetivos e produtores de subjetivação junto a seus adultos cuidadores. É quando alguma falha importante irrompe neste trajeto que a intervenção clínica é convocada.

Seguindo, então, nosso paralelo com o processo que permite a um morador alojar-se e produzir marcas em sua casa – e, portanto, em si –, cabe nos perguntarmos sobre o espaço de jogo que se produz entre ele e seus cuidadores⁴, no contexto dos serviços.

Na cartilha do Ministério da Saúde sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos ressalta-se a importância dos profissionais no projeto de desinstitucionalização, apontando-se a necessidade de um cuidado para que não se imponha um ideal próprio, aos moradores acompanhados, de como deve ser uma casa. Também nesse sentido, encontramos a afirmação de que podem existir tantos tipos de moradias quanto de moradores (BRASIL, 2004). Tal atenção é realmente necessária, visto que no cotidiano dos residenciais terapêuticos podemos encontrar e/ou reproduzir práticas de cuidado tão asilares e manicomialis quanto aquelas características das

4 Nomenclatura também utilizada nos Residenciais Terapêuticos para nomear os profissionais que acompanham os moradores.

instituições totais. Mendonça (2007) compartilha sua experiência de coordenação nesses serviços, trazendo uma leitura possível para esse efeito de repetição:

A clientela das residências apresenta uma dinâmica de funcionamento que se caracteriza pela passividade e ociosidade, que mobiliza o outro a pôr em cena seu desejo para aplacar a angústia desencadeada frente a esse vazio. Os cuidadores, muitas vezes, ocupam esse vazio deixado pelos moradores. Isso se expressa nas escolhas cotidianas da alimentação, roupas, arrumação da casa e circulação na comunidade. Além da fantasia de que o grau de eficiência de seu trabalho se mediria pela casa arrumada, estando os moradores limpos, bem alimentados e inseridos na comunidade. [...] Como mobilizar esse sujeito sem aviltar sua singularidade? (p. 109).

Esse vazio que corre o risco de ser ocupado/invadido pelo outro é falado por Basaglia (2001, apud MÂNGIA e MARQUES, 2004) através da metáfora de uma fábula:

Uma fábula oriental conta a história de um homem em cuja boca, enquanto ele dormia, entrou uma serpente. A serpente chegou ao seu estômago, onde se alojou e de onde passou a impor ao homem a sua vontade, privando-o assim da liberdade. O homem estava à mercê da serpente: já não se pertencia. Até que uma manhã o homem sente que a serpente havia partido e que era livre de novo. Então dá-se conta de que não sabe o que fazer da sua liberdade: “No longo período de domínio absoluto da serpente, ele se habituara de tal maneira a submeter à vontade dela a sua vontade, aos desejos dela os seus desejos e aos impulsos dela os seus impulsos, que havia perdido a capacidade de desejar, de tender para qualquer coisa e de agir autonomamente”. “Em vez de liberdade ele encontrara o vazio”, porque “junto com a serpente saíra a sua nova ‘essência’, adquirida no cativeiro”, e não lhe restava mais do que reconquistar pouco a pouco o antigo conteúdo humano de sua vida (p. 132).

Encontramos nessa metáfora o forte efeito de dessubjetivação que se produz no bojo das instituições totais, onde não há mais lugar para o desejo e para a existência humana e singular dos sujeitos. Nesse sentido, Mângia e Marques (2004) retomam a concepção de Rotelli (2001) que define o manicômio como o “*lugar zero da troca*”, onde o habitar é negado e onde exclui-se o sujeito da rede de relações e de trocas que compõem o tecido social. A operação contrária, de retomada do desejo e do fio de sua própria existência, demanda tempo e também cuidado para que outras serpentes não passem a ocupar o lugar e o vazio deixado pela primeira.

Aqui, então, podemos retomar a concepção do jogo enquanto um modo possível de produção de subjetivação. Conforme Cherubini (2012), para que o jogar alcance seu valor de ato subjetivo, onde as singularidades resistem a ser objetos dessubjetivados, é preciso que possamos nos reconhecer como participantes da criação das regras do jogo, apropriando-nos do ato criativo, e não apenas obedecendo às regras já instituídas. Ainda na cartilha do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006), encontramos um trecho preciso e precioso que traz essa dimensão necessária do jogo e da negociação: “Os profissionais que cuidam de moradores do SRT deverão saber dosar sempre o quanto de cuidado deverá ser oferecido para auxiliar na aquisição de autonomia pelo usuário, numa negociação constante [...], requerendo dos trabalhadores o desenvolvimento de novas formas de cuidar” (p 12.). Formas de cuidar que possibilitem, assim, um espaço para o jogo, para o brincar e o experimentar(-se), para que marcas singulares possam emergir no processo de cuidado.

Em meu trajeto pelo residencial terapêutico, foram raras as vezes em que consegui encontrar ou criar um espaço assim, que desse lugar e passagem para experiências de maior cuidado e autonomia. O peso do funcionamento manicomial e seu engessamento característico fizeram-se sentir na pele inúmeras vezes, deixando marcas dolorosas, com as quais ainda me encontro, ao ler, por exemplo, as narrativas daquele ano:

“O que João Velho falou ao apontar para o muro da prisão do manicômio, eu também encontrei de forma muito dura no cotidiano de trabalho do Morada. O borramento das fronteiras entre o hospital manicomial e o serviço residencial terapêutico mostra-se presente em muitos momentos, discursos e práticas. Acredito que o nível de autonomia que encontrei na casa de Clara, Bento e João Velho (e que tem potencial para ser ainda maior) é, infelizmente, uma exceção dentre os demais

moradores. Dar-se conta disso e encontrar brechas e meios de trabalhar neste contexto sempre foi um dos maiores desafios para mim nesta trajetória no Morada. Vivenciei, assim, intensos processos de construção e de desconstrução; de encontrar possibilidades e, logo em seguida, impossibilidades; de perceber que muitas potencialidades ficam presas em amarras burocráticas, institucionais, e até em limitações de disponibilidade pessoal.”

Espaços raros de respiro e de brincar faziam-se possíveis, para mim, em alguns momentos preciosos compartilhados com os moradores, com os colegas de residência, e em alguns espaços de tutoria; que nos permitiam experimentar outros tempos e lugares possíveis para o cuidado. Tais momentos desenhavam-se como uma tentativa de refúgio frente à imensa onda de violência e sofrimento que a instituição manicomial sabe tão bem (re)produzir. No entanto, muitas vezes parecia-me que o que tentávamos construir ali não conseguia constituir-se com mais força do que um castelo de areia à beira-mar, cujas ondas podem vir com força deixando poucas marcas da construção.

Felizmente, os sonhos e as questões que emergem não se apagam tão facilmente...

“Passado quase um ano da minha inserção e trajetória no Morada, o que posso afirmar é que ainda não sei como produzir movimentos e respiros em meio ao caos e à violência que muitas vezes vemos instalar-se ali. Sei que, para mim, os movimentos e respiros são produzidos com a ajuda dos moradores e das discussões com colegas e tutoras; mas e para quem permanece trabalhando ali, como fazer?”

2.2 As marcas de um cuidado...



As reflexões sobre o lugar do cuidado e o espaço de jogo e negociação entre acompanhante e acompanhado podem ser estendidas também aos processos de construção dos Projetos Terapêuticos Singulares nos serviços de saúde em geral. Algumas questões emergem, então, a partir do andar pelos diferentes espaços proporcionados pelo percurso da residência, em especial em um CAPS II:

- Na construção dos PTS's, que espaço se possibilita para que o sujeito atendido possa imprimir suas marcas ali, participando ativamente da construção de seu tratamento e percurso de vida?

- Quantas vezes as marcas predominantes são as do próprio serviço ou equipe, sendo impostas ao sujeito acompanhado, podendo constituir assim um processo de objetificação e mesmo de estigmatização, indo na direção contrária ao que se deseja com o próprio movimento da Reforma Psiquiátrica?

Muitas vezes o que encontramos em nossos percursos é semelhante ao cenário descrito por Merhy (2007a): “nos modelos tecno-assistenciais predominantes hoje na saúde, no Brasil, as relações entre usuários de serviços de saúde e trabalhadores se dão em processos intercessores preenchidos pela ‘voz’ do trabalhador e pela ‘mudez’ do usuário” (p. 33); como ilustra Mauricio de Sousa, em uma crítica bem-humorada na tirinha que faz as vezes de epígrafe deste texto.

É importante destacar que nesta composição encontram-se absolutamente implicados os processos de gestão de saúde e o modo como se dão as relações entre gestores e trabalhadores. Nesse sentido, um pouco mais adiante, o autor afirma ainda que quanto maior a autonomia dos coletivos de trabalhadores, mais possibilidades há de que se produzam ganhos de autonomia junto aos usuários, durante o processo de cuidado. Assim, a construção de um espaço intercessor que se constitua como produtor de atos de cuidado, de saúde e de autonomia requer a tessitura de relações de confiança, tanto entre gestores e trabalhadores, como entre trabalhadores e usuários; compondo uma rede de cuidados com múltiplas direções.

Uma via possível de transformação desses cenários pode ser pensada através do conceito de acolhimento, presente na Política Nacional de Humanização do SUS:

Como diretriz, podemos inscrever o acolhimento como uma tecnologia do encontro, um regime de afetabilidade construído a cada encontro e mediante os encontros, portanto como construção de redes de conversações afirmadoras de relações de potência nos processos de produção de saúde. O acolhimento como ação técnico-assistencial possibilita que se analise o processo de trabalho em saúde com foco nas relações e pressupõe a mudança da relação profissional/usuário e sua rede social, profissional/profissional, mediante parâmetros técnicos, éticos, humanitários e de solidariedade, levando ao reconhecimento do usuário como sujeito e participante ativo no processo de produção da saúde (BRASIL, 2010, p.18)

Como afirma Stock (2012), “para além da proteção, o acolhimento verdadeiro insere a comunicação. O ato de nos comunicarmos pressupõe um “entre” para acontecer, que implica a disposição para a transformação na convivência com a alteridade” (p. 10).

O que se deseja então é a possibilidade de uma composição coletiva, que acolha as marcas de ambos os participantes do jogo. Nem a suposta neutralidade científica, com sua demanda impossível de distância e objetividade, podendo resultar em um clínico que não comparece à cena do atendimento, que não empresta sua presença e empatia; nem o extremo oposto, de um ‘cuidado’ sufocador que não dá

margem para que o sujeito compareça e possa se (re)inventar na cena e no processo do acompanhamento. Retomando as condições necessárias para a possibilidade da experiência trazidas por Bondía (2002), muitas vezes há que se suportar o vazio e o tempo dos sujeitos; aguardar, assim, a emergência do acontecimento.

2.3 De ventanias e utopias...

[...]

– Para que serve cata-vento, Íris?

– Dizem que é para prender sentimento no coração de menina.

[Um pé de vento – André Neves]

Meu percurso pela residência permitiu também que eu pudesse conhecer e experimentar outros modos de produção de cuidado, principalmente em lugares que se encontravam para além das redes formais da Saúde. Tais experiências fizeram-me sentir, inúmeras vezes, como se eu estivesse habitando um espaço “entre” muito potente, e foi a partir daí que se delineou o meu desejo por esta escrita. Desde o lugar de residente em Saúde Mental Coletiva, pude habitar o espaço da Educação e também de um projeto de atenção à infância, situado “na interface entre direitos humanos, saúde coletiva, educação, assistência social e psicanálise, que procura se inscrever no entre desses diferentes setores e no contexto da cidade” (GAGEIRO *et al.*, 2011).

A ideia, aqui, é de poder trazer alguns recortes dessas vivências, que foram deixando cada vez mais clara, para mim, a potência – ao mesmo tempo fluida e delicada – dos espaços “entres” para a produção da saúde e do cuidado, e que se encontram consoantes à proposta de uma perspectiva entre-disciplinar, como a delineada por Ceccim (2008):

No lugar interdisciplinar podemos encontrar não o cruzamento ou interseção entre os perfis profissionais, mas a produção de si e dos cenários de trabalho em saúde, onde cada fronteira pode percutir na outra como intercessão por sua mudança, resultando em alteridade e aprendizagem. Surge, então, a terceira margem, não a interseção da interdisciplinaridade, mas a emergência do *entre*. Não o desenho da interseção que constituiria uma terceira identidade, mas um lugar de efeitos, de *defasagem de si*, de *sensibilidade* [...] Atuar segundo sua circunscrição de saberes, mas orientando-se pela circunscrição dos saberes que o excede e sob o risco da sobrevivência em uma zona de fronteira, uma *margem* virtual no *entre*, sítio de tensão e de indiscernimento, mas de aprendizagem e de invenção (de si, das fronteiras provisórias, da equipe e de novos mundos) (p.267).

Para tanto, trago inicialmente o recorte de uma narrativa referente ao percurso no campo da Educação:

“Como falei inicialmente em meu plano de ação, deparei-me com boas surpresas desde que iniciei minha estada no setor de Educação Inclusiva e Diversidade. Em primeiro lugar, a acolhida calorosa da equipe e a percepção de uma importante busca pela produção de cuidado entre os membros da equipe. Logo em seguida, percebo que estamos em um lugar onde se valoriza a invenção: criam-se estratégias e dispositivos para o processo de inclusão dos alunos no ensino regular, buscam-se inventar diferentes modos possíveis de habitar o espaço da escola, borram-se as fronteiras entre educação e cuidado, saúde e educação.”

Cabe ressaltar que este coletivo, no qual eu e mais uma colega residente nos inserimos, compõe o setor de uma Secretaria de Educação, sendo então responsável pelo assessoramento às escolas do município – tanto de Educação Infantil, quanto de Ensino Fundamental – sobre as questões da diversidade étnico-racial e também dos processos de inclusão escolar, além de desenvolver projetos e acompanhamentos dos alunos junto a outros serviços e setores da rede de atenção à infância e adolescência.

Embora em alguns momentos desse nosso percurso tenham aparecido algumas tensões entre o campo da Saúde e o da Educação – com dicotomias um tanto infrutíferas com relação aos processos de cuidar e educar, ou de produção de saúde e de aprendizagens –, não é meu objetivo aqui adentrar nesta seara; pois o que encontrei na prática foram atos de cuidado, desenhados em rede e com espaço para muita criatividade, que se faziam produtores tanto de saúde quanto de aprendizagens; enfim, produtores de mais vida.

Acredito que as experiências que pude vivenciar neste campo da Educação vão de encontro às reflexões propostas por Merhy (2007b), ao trazer à cena do trabalho

antimanicomial a função da alegria e do alívio e tratá-los como analisadores possíveis da potência de produção de vida nos coletivos de trabalhadores. Embora o autor atenhasse ao cenário de trabalho dos CAPS, podemos expandir esse olhar para quaisquer cenários que se encontrem atravessados pelas questões da saúde e de um fazer antimanicomial, como o é o campo da Educação Inclusiva e Diversidade.

Ao longo do texto, Merhy (2007b) articula a possibilidade das equipes constituírem processos de trabalho que dêem lugar à reflexão sobre suas práticas e sobre o que lhes entristece e exaure, às possibilidades de seguirem sendo produtoras de cuidado e de vida, sem deixar-se consumir neste processo; apontando assim para a importância do cuidado com o cuidador. E, de fato, foi um processo semelhante que pude experimentar com esta equipe da Educação. O cuidado era algo que transbordava nas relações entre colegas, bem como a criação de espaços para sonhos e alegrias; mesmo em um contexto que muitas vezes apresentava-se com muitas durezas e poucas brechas possíveis para o andar em direção a escolas regulares inclusivas:

“Talvez a Educação ainda seja um lugar de muita dureza, mas felizmente não é só isso. Tive a sorte de conhecer todo um outro lado mais interessante e mais bonito da Educação; e talvez isso tenha sido possível e tão intenso por eu ter habitado um lugar que depois descobri que também era chamado de “Ilha de Utopias”. De fato, acho que esse nome diz muito do espaço criado pela equipe (ou por boa parte da equipe) do setor, e o mais bonito foi poder ver e acompanhar algumas utopias tocando a realidade e abrindo brechas no trabalho.”

A invenção de um nome singular para a equipe nos dá a dimensão do quanto se faziam presentes as propriedades do espaço potencial winnicottiano e do devir deleuziano, tais como as apresentamos ao longo do primeiro capítulo. Assim, fez-se possível a composição de um espaço híbrido, construído com elementos mais concretos

– vindos das políticas educacionais e da direção de trabalho daquela secretaria, por exemplo – e também de elementos de sonhos e fantasias compartilhadas, que delineavam o andar utópico do coletivo.

Além disso, podemos pensar este lugar inventado, a “Ilha de Utopias”, como um espaço protegido, como o do brincar winnicottiano, onde se faz possível a elaboração das dores e das experiências vividas, ao mesmo tempo em que se constitui como o lugar de invenção de respostas criativas ao vivido. Pois, de fato, várias vezes o trabalho nos tocava com muitas dores. O acompanhamento de crianças e adolescentes em processo de inclusão nas escolas regulares nos depara com um sem fim de fragilidades, singularidades sem lugar no tecido social, durezas institucionais e sensações de impotência.

Em outros cenários semelhantes, podemos encontrar respostas de paralisação ou respostas reativas às dificuldades do trabalho; tais quais as descritas na cartilha do Ministério da Saúde:

Os processos de “anestesia” de nossa escuta e de produção de indiferença diante do outro, em relação às suas necessidades e diferenças, têm-nos produzido a enganosa sensação de salvaguarda, de proteção do sofrimento. Entretanto, esses processos nos mergulham no isolamento, entorpecem nossa sensibilidade e enfraquecem os laços coletivos mediante os quais se nutrem as forças de invenção e de resistência que constroem nossa própria humanidade. Pois a vida não é o que se passa apenas em cada um dos sujeitos, mas principalmente o que se passa entre os sujeitos, nos vínculos que constroem e que os constroem como potência de afetar e ser afetado (BRASIL, 2010, p. 8).

Na Ilha de Utopias, ao contrário, encontramos justamente “as forças de invenção e de resistência”. Pois além de todo trabalho de invenção e investimento em cada acompanhamento singular dos alunos em processo de educação inclusiva, a potência utópica e criativa teve lugar de passagem em dois projetos grandes e ousados idealizados pela equipe do setor. Segue o relato:

“Assim parece-me ter sido, principalmente, com dois projetos do setor que se concretizaram nesse ano: o projeto da natação e a mostra de curtas-metragens Curta Inclusão e Diversidade. Acredito que ambos os projetos, cada um a seu modo, dizem de uma direção de trabalho muito importante para a Educação Inclusiva e Diversidade: que tudo aquilo que se investe e se luta em um âmbito mais micro (no caso a caso de cada aluno, família e escola) precisa ser transmitido e produzir efeito também no âmbito macro (nos espaços de lazer, cultura, enfim, na própria cidade e suas formas de produção de laços).

Mesmo não tendo acompanhado todos os momentos do projeto da natação, vi-o como um espaço diferente de produção de saúde e de novas aprendizagens para as crianças em processo de inclusão escolar; e que, além disso, leva a questão da diferença e das singularidades também para a Sociedade de Ginástica.

A mostra de curtas-metragens Curta Inclusão e Diversidade também pôde produzir movimentos e desacomodaçes em muitos lugares: desde o espaço das salas de aula (com todos os que se implicaram nas produções audiovisuais) até o cinema do shopping e o Centro de Cultura da cidade. Tendo como objetivo trazer à cena as questões da inclusão e da diversidade, o que mais ficou marcado para mim nesse evento foram as questões da infância e sua potência de acolher e produzir a diferença. O que me faz pensar que talvez nosso trabalho v no sentido de sustentar tal potência (ao invés de pod-la, como acabam fazendo alguns espaços educativos) e permitir que ela possa afetar e transformar os modos adultos já institucionalizados de se lidar com as diferenças.”

Encontramos aí uma aposta na arte e no esporte enquanto ferramentas potentes de intervenção no laço social e na cultura vigentes, tal como proposto por Dias (2009), ao tratar da função utópica do esporte. Embora desenvolva o trabalho em relação a sua

experiência no esporte de alto rendimento, encontramos ressonâncias em seu escrito para o que sustentou o andar dos dois projetos mencionados:

O acento no caminho que contém a “mágica presença das estrelas” – numa referência à epígrafe deste texto [*Das utopias, de Mario Quintana*] – configura-se como a utopia esportiva, pois, se o importante é o caminho e não a chegada vitoriosa, o fracasso não é visto com o desdém que a sociedade capitalista preconiza (p. 71).

De fato, o que se almejava não era a busca por novos e promissores atletas ou cineastas, mas sim a aposta na criação de espaços que dessem lugar e passagem a devires artistas e/ou esportistas, possibilitando o brincar, o faz-de-conta; ressaltando-se, assim, novamente o valor da experiência, do experimentar-se por novos caminhos, recolhendo-se efeitos desse percurso. E, neste caso, efeitos que puderam ser potencializados ao serem compartilhados no coletivo.

Nesse sentido, Sousa (2003) retoma a função social das utopias, tão desvalorizadas nos últimos tempos, e a necessidade de intervenções que considerem a dimensão política das produções culturais:

Não podemos esquecer que a utopia sempre teve na história da humanidade uma função de crítica social funcionando muito mais como um convite a não tomar as formas de vida que se apresentam como definitivas, irreversíveis e naturais. Nesse sentido, ela poderia cumprir com a importante missão de arrancar os sujeitos do pântano do senso comum que institui os sentidos aos quais deveríamos nos curvar. A utopia tem aqui uma função de convite à imaginação. Ela permite que os sujeitos possam fazer dos espaços que vivem um lugar. Abre, portanto, lugares para imagens possíveis. Todo ato criativo traz em si uma utopia [...] Trata-se, por conseguinte, de imagens que podem funcionar como âncoras simbólicas fundando lugares [...] Se pensarmos a cultura como viagem, como sugere James Clifford, percebemos que ela cria novos territórios de circulação e de vidas possíveis. Ela tem que necessariamente estar presente em qualquer política de inclusão social (p. 66 e 67).

Assim, podemos dizer que os fazeres que se costuraram desde a Educação Inclusiva e Diversidade encontram-se também com a noção que Merhy (2007b) delinea a respeito do trabalho antimanicomial:

[...] o trabalho no campo da saúde mental – que se dirige para desinterditar a produção do desejo e, ao mesmo tempo, gerar redes inclusivas, na produção de novos sentidos para o viver, no âmbito social – é de alta complexidade,

múltiplo, interdisciplinar e interprofissional, transdisciplinar e intersetorial. E que, em última instância, só vinga se estiver colado a uma “revolução cultural” do imaginário social, dos vários sujeitos/atores sociais, ou seja, se constituir-se, também, como gerador de novas possibilidades anti-hegemônicas de compreender a multiplicidade e o sofrimento humano, dentro de um campo social aberto ao processo de fabricação de cidadanias, novas e inovadoras (p.57).

É essa a aposta que se faz ao se pensar e investir em ações e intervenções mais próximas dos territórios e realidades sociais onde ancoramos nossos fazeres. Podemos dizer que é também a aposta e uma das direções de trabalho de um outro projeto de atenção à infância que pude participar ao longo do segundo ano da residência, e que aqui chamarei de “Lugar de Ventos Coloridos”.

Trata-se de um espaço de acolhimento criado dentro de uma comunidade de Porto Alegre – um lugar para brincar, conversar e contar histórias, onde se propõe dar lugar a diferentes possibilidades de convívio social e de intervenções terapêuticas. Como encontramos na escrita do projeto: “o que há de novo [...] é a acolhida à vida comum, às questões e dores ordinárias do ser humano dentro do território em que vivem” (GAGEIRO *et al.*, 2011). Uma experiência bastante singular dentre as vivências que costumamos encontrar nas redes formais de assistência:

“Penso que o fato de este projeto situar-se num espaço “entre”, não estando formalmente vinculado a um ou outro modo de atenção – seja da assistência, da educação ou da saúde, por exemplo –, permite que ele se mantenha mais aberto e flexível, permeável às singularidades do território que habita e da comunidade que o acolhe, mas sem deixar de sustentar a ética de trabalho que nos orienta. Entretanto, essa configuração menos engessada, mais viva, também traz desafios importantes e questões institucionais distintas daquelas que estamos mais habituados a encontrar em serviços públicos, por exemplo.”

Em um contexto como esse, a invenção e a criatividade constituem-se como elementos essenciais para o andar do trabalho. Bezerra Jr. (2008), ao situar os desafios de um projeto semelhante desenvolvido no Rio de Janeiro, afirma que, a cada possibilidade que se abria de se iniciar uma nova unidade de trabalho, não se tratava apenas de “reproduzir o que já se havia feito antes, mas de iniciar um novo *experimento*” (p.16).

Este caráter experimental é o que também defende Merhy (2007b) para um trabalho em saúde que se faça construtor e/ou propiciador de novos modos tecnológicos e sociais de existências; e em seu texto encontramos uma referência que vai de encontro ao vivenciado no cotidiano do Lugar de Ventos Coloridos:

[...] é se permitir usufruir de ser lugar do novo e do acontecer em aberto e experimental, é construir um campo de proteção para quem tem que inventar coisas não pensadas e não resolvidas; para quem tem que construir suas caixas de ferramentas, muitas vezes em ato; para quem, sendo cuidador, deve ser cuidado (p. 58).

Tal referência cabe tanto aos plantonistas – trabalhadores do projeto –, quanto às crianças e aos adultos que frequentam o espaço-tempo dos plantões.

Neste lugar, nos reinventamos enquanto profissionais de saúde e somos convocados a habitar outros papéis e lugares nas intervenções e nas relações com o outro, experimentando novos devires possíveis. Seja pela insistência das crianças de nos chamarem de “sora”/“sor” ou de tia/tio, seja pelas relações de vizinhança que muitas vezes se estabelecem com os adultos, já não ficamos mais amarrados ao lugar de psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, residentes, estagiários, etc. Experimentamos um lugar terceiro, como o descrito por Ceccim (2008) ao retomar uma cena de travessia do filme *Diários de Motocicleta*:

A terceira margem é a da travessia, a da falta de identidade das margens, aquela que se torna *intempestiva* e não produto do *tempo das margens*. No filme, chegamos a ver o protagonista atravessando um rio, contra a correnteza e contra a crise de asma, afastando-se de uma margem onde a *clínica* pertence aos terapeutas profissionais e alcançando a margem onde a

clínica é a dos usuários (doentes de hanseníase). A terceira margem é a da travessia, da transmutação de valores, da surpresa dos clínicos (aqueles) e dos usuários (aqueles). Não é, portanto, a nova clínica, renovada e desejada, não é uma clínica do passado que se opõe a uma clínica do presente. “Nem posto, nem oposto, incessantemente exposto” é a designação de Michel Serres (1993, p. 20) [...] Nesse lugar-meio encontra-se aquele que aprende, que entra em alteridade, que se depara com as fragilidades de cada referência profissional/disciplinar para dar respostas aos problemas concretos (do experimentar da vida), onde não é possível discernir qual atuação própria e privativa pode dispor da oferta da atenção, cuidado, tratamento, cura ou terapia necessária ao singular evento do assistir e à singular experiência de vida que se põe em cena (p. 266).

É este lugar terceiro, um espaço entre sensível ao andar da vida do território que o abriga, o que se busca construir no Lugar de Ventos Coloridos.

E deste lugar de travessia, também recolhem efeitos as crianças e adolescentes que acompanhamos: *“assim como nós nos dedicamos a pensar e planejar como aumentar nosso repertório de ações na e com a comunidade, também acompanhamos as crianças ampliando seus repertórios de possibilidades e de brincar.”* Cabe situar que nos encontramos em um lugar onde o tempo da infância nem sempre está garantido e protegido – ao menos não do modo como idealizamos em nossa cultura e meio social. Alguns pequenos que frequentam o Lugar de Ventos Coloridos já assumem funções de cuidadores de outros mais pequenos ainda (sejam irmãos, primos, sobrinhos ou vizinhos), sendo que muitas vezes é ali que desenha-se um lugar onde podem ser crianças, imersas no espaço do brincar. E da mesma forma que às vezes encontramos dificuldades ou ficamos um tanto “desajeitados” ao tentar dar passagem a outros devires em nós, também nos encontramos com algumas crianças já mais acostumadas ao lugar de “adulto-cuidador” do que ao de “criança-arteira-que também pode ser cuidada”.

É o que sempre nos lembrava uma menina de onze anos, acostumada a cuidar de sua irmã de nove e de uma outra menina pequena, de dois anos. Nas brincadeiras que armava – em geral “brincadeira de casinha” – seguia sempre sendo a mãe/chefe da casa, dando ordens, elogios, castigos e coordenando a arrumação do espaço. Mas era nas

oficinas de contação de histórias que conseguíamos acompanhá-la em outros papéis e lugares possíveis. Ali, o que arma são verdadeiros teatros, convocando as outras crianças a participarem da cena também, e podendo experimentar-se em outros personagens. Dessa forma, a menina já visitou o País das Maravilhas, sendo Alice; já vestiu-se de bruxa, assustando João e Maria; já foi artista, cantando com os Músicos de Bremen; já foi artesã, nos ensinando a fazer uma roupinha para o Soldadinho de Chumbo.

Habitamos, então, um lugar de (re)invenção – de papéis, de lugares, da infância, do cuidado. Mas para tanto contamos com elementos fundamentais, como o acolhimento e a escuta, e com dispositivos que nos auxiliam nesta direção de trabalho, em especial, o brincar e a contação de histórias. Como situa Corso (2012),

Os adultos desse lugar estranho estão lá para falar com ela [*a criança*] e não sobre ela. Eles se interessam sinceramente por suas fantasias, que ali são grande coisa. É bom que seja assim, a infância é incompatível com a hipocrisia. Crianças farejam a mentira, brincam de faz de conta, nunca fazem de conta que brincam.

E é de um brincar assim, sério e comprometido como o da criança, que também falamos ao longo deste trabalho.

Pude experimentar, então, vivências de equipes e de trabalhos construídos com a composição de elementos que se fazem tão necessários ao setor da saúde, mas que raramente encontramos juntos em seu campo mais estrito. Foi em um campo da Educação – mas que se colocava aberto a interlocuções e costuras com a Saúde, a Assistência, a Cultura e a Arte –, e em um projeto situado em um espaço “entre”, que pude ter uma experiência rica e intensa do trabalho em equipe interdisciplinar, da costura de redes intersetoriais consistentes e da abertura a atos criativos e fazeres utópicos.

Buscando elementos para situar a riqueza dessas experiências, por um lado, e sua raridade no campo da saúde, por outro; encontramos uma importante referência de Ceccim (2008):

A terapêutica, bem sabemos, ocorre em vários planos e pode se realizar por intermédio de múltiplas categorias profissionais e múltiplos campos de conhecimento e de práticas, mesmo de outros setores da ação social (ensino, educação popular, educação física, arte, cultura, assistência social etc.). Do ponto de vista sócio-histórico ou psicoafetivo, com toda a certeza as práticas sociais menos identificadas com a assistência de saúde, *stricto sensu*, vêm obtendo maior êxito terapêutico. Igualmente, com maior probabilidade, acompanhando o pensamento de Naffah Neto (1994, p. 20), “a terapia estará acontecendo em espaços menos controlados pelos códigos instituídos”. Para Naffah Neto, um projeto terapêutico se realiza “em qualquer parte do corpo social onde alguém, por alguma razão, esteja denunciando, colocando em xeque, valores que apequenem ou empobrecem a vida” (p. 264).

Ressalta-se, assim, a importância de processos de formação que valorizem experiências singulares e heterogêneas, como as propiciadas em nosso andar na Residência em Saúde Mental Coletiva.

E de tais experiências, não se sai do mesmo jeito que se chegou. Um percurso que possibilita tantas travessias e espaços de exposição e aprendizagens faz-se transformador e produtor de muita reflexão para quem se propõe a percorrê-lo.

Assim, tomo emprestadas as palavras de Merhy (2007b) para estender o convite a outras travessias semelhantes que possamos encontrar em nossos caminhos:

Proponho entrar nessa aposta de modo crítico, solidário, experimental [...]. Façamo-lo entre nós, ampliando, dessa maneira, nossa capacidade de inventar muitos modos de ser antimanicomial. Partamos do princípio de que já sabemos fazer um monte de coisas e que, também, não sabemos outras tantas, ou mesmo, fazemos coisas que não dão certo; e, com isso, vamos apostar que é interessante e produtivo construir “escutas” do nosso fazer cotidiano para captar esses ruídos, neste lugar onde se aposta no novo, tendo pela frente a permanente tensão entre o novo e o velho fazer psiquiátrico e/ou seus equivalentes. Como regra, ao nos depararmos com uma tarefa dessas, voltamos nosso olhar imediatamente para aquele que dá o sentido do trabalho em saúde: o usuário e seu mundo de necessidades e possibilidades; e, com correção, saímos à cata de modos de indicar que o nosso agir antimanicomial está produzindo desinterdição de desejos e inclusão (p. 59).

Que possamos percorrer nossas travessias, então, costurando as linhas do cuidado e da saúde com invenção, criatividade e abertura para o novo; considerando,

também, o caráter transversal da Saúde Mental e, portanto, a importância de que modos de ser antimanicomiais possam produzir-se e habitar os mais diversos campos e territórios da cidade.

INVENTANDO UM FINAL POSSÍVEL

Para iniciar esta escrita, precisei situá-la como a escrita de um fim. Mas um fim que não se encerra, já que produz recomeços, reflexões, um fim que se abre a outros futuros porvir. Nesse processo, acabei revisitando e relendo algumas experiências marcantes do meu percurso pela Residência em Saúde Mental Coletiva, que foram amarradas agora pelos fios do brincar, da intensidade do infantil através de um devir-criança, do espaço potencial e do paradoxo.

Fica mais claro agora por que se trata de um fim que não finda...

As múltiplas vivências destes dois anos de residência certamente podem ser amarradas e rearranjadas por inúmeros outros fios que não me ocorreram ou que não passaram por mim neste momento. Mas que certamente seguem ali, em algum lugar, potentes em suas virtualidades, possíveis a novas amarrações, leituras e enlaces.

Agora, chegando o momento de concluir – tanto a escrita, quanto o percurso da residência –, cabe trazer algumas marcas que carrego deste trajeto.

Ao longo deste trabalho, delineamos os contornos dos espaços possíveis na construção de um trabalho em saúde pautado por um fazer antimanicomial, tanto na clínica, como na gestão, e em quaisquer campos de atuação que se encontrem atravessados pelas questões da saúde mental. Com o auxílio de autores como Winnicott e Deleuze, destacamos a potência de criação, de invenção e o status paradoxal, que permitem transformações e passagens, as quais compõem o caráter dinâmico e fluido do andar da vida.

Pois bem, a experiência de ser residente, nestes dois anos que se passaram, também me ensinou a habitar um espaço entre; a poder habitar um paradoxo sem precisar encontrar respostas únicas ou soluções para ele. Pois ser residente é também

estar num entre: o lugar da formação em serviço não se encontra tão bem definido nos espaços por onde transitamos, sendo que muitas vezes certa confusão paira no ar – são estudantes ou trabalhadores?, compõe a equipe de profissionais do serviço ou não?, trata-se de um estágio ou de um trabalho?

Acredito que o nome ou a definição que nos é dada não importa tanto quanto a implicação e o investimento que possamos imprimir neste processo. E, aqui, podemos aprender novamente com o brincar infantil. Mesmo se sabendo em um espaço de faz-de-conta, em um lugar entre fantasia e realidade, a criança mergulha com seriedade na experiência do brincar e recolhe efeitos e aprendizagens daí. É um efeito semelhante que defendemos na composição de espaços de invenção e criatividade para a produção do cuidado e da saúde – seriedade e leveza, intensidade e delicadeza.

Sustentamos nossa aposta, assim, em espaços de trabalho constituídos por composições múltiplas, pelo encontro com a diferença, amarrados pelo desejo de se fazerem produtores de mais vida.

Para inventar um final possível, retomo, aqui, o trecho final da narrativa que produzi para o campo da Educação, agora com o intuito de estendê-lo para a experiência da residência:

“Enfim, entre durezas e delicadezas, de espaços mais fechados a outros mais abertos, o que pude vivenciar ao longo deste ano foi um campo da Educação que abriu para mim um mundo de possibilidades, de existências que eu não conhecia, em uma cidade em que me senti muito acolhida e que me convoca o desejo de seguir. Como escrevemos no convite de nossa despedida da Secretaria, o ponto de partida e ancoragem que tivemos foi fundamental para que todo esse percurso se fizesse possível. Com uma tutora que, com escuta sensível, aposta e sustenta a dimensão do desejo e ajuda a encontrar brechas e respiros, e em uma equipe que de fato trabalha [e batalha]

pelo que acredita e sustenta seu fazer; abriram-se diversos caminhos para se andar e investir, e acabou sendo mais leve e possível o aventurar-se pelo desconhecido. Se me foi possível habitar este mundo da Educação com tanta intensidade, é certo que suas marcas seguirão fazendo seus efeitos em mim.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA JR., Benilton. Os Desafios de um Experimento. In: MILMAN, Lulli & BEZERRA JR., Benilton (org). **A Casa da Árvore**: uma experiência inovadora na atenção à infância. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, abril 2002. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=pt&nrm=iso>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Residências terapêuticas**: o que são, para que servem. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

CABRAL, Károl Veiga; BELLOC, Márcio Mariath. Olhar criativo de um andar utópico. **Revista Porto Arte**, Porto Alegre, v. 14, n. 24, maio 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/27938/16548>>

CECCIM, Ricardo Burg. Equipe de Saúde: a Perspectiva *Entre-Disciplinar* na Produção dos Atos Terapêuticos. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo de (org). **Cuidado**: as Fronteiras da Integralidade. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ, ABRASCO, p. 261-280, 2008.

CECCIM, Ricardo Burg; PALOMBINI, Analice de Lima. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Psicologia e Sociedade** (Impresso), v. 21, p. 301-312, 2009.

CHERUBINI, Marisa. Apresentação do livro Pais e Filhos – em tempo da retirada das oposições. **No prelo**. Porto Alegre, 2012.

CORSO, Diana Lichtenstein. **Fale com elas**. Zero Hora, Porto Alegre, 19 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.marioedianacorso.com/fale-com-elas>>

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Fadas no divã**: psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DIAS, Mariana Hollweg. **Sobre o Esporte de Alto Rendimento**: reflexões a partir da Psicanálise e da Utopia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FONSECA, Tania Mara Galli. A alma paradoxal da casa. **Verve** (PUCSP), São Paulo, v. 8, p. 149-159, 2005. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5049/3581>>

FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. In: FONSECA, Tânia; ENGELMAN, Selda (org). **Corpo, Arte e Clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 305-312, 2004.

GAGEIRO, Ana Maria *et al.* Projeto Casa dos Cata-Ventos, 2011. Não Publicado.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

KOHAN, Walter Omar. A infância da educação: o conceito devir-criança. In: KOHAN, Walter Omar (org.). **Lugares da infância**: filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, p. 51-68, 2004. Disponível em:
<<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0184.html>>.

MÂNGIA, Elisabete Ferreira; MARQUES, Ana Lucia Marinho. Desinstitucionalização e serviços residenciais terapêuticos: novas perspectivas para o campo da reabilitação psicossocial. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 15, n. 3, p. 129-35, set./dez., 2004.

MENDONÇA, Maria Cristina de Azevedo. As Intervenções nas Residências Terapêuticas: o que a Psicanálise tem a dizer sobre essa clínica? **Estudos de Psicanálise**, Salvador, n. 30, p. 103-112, agosto 2007. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0100-34372007000100014&script=sci_arttext>

MERHY, Emerson Elias. Cuidado com o cuidado em saúde: saber explorar seus paradoxos para um agir manicomial. In: MERHY, Emerson Elias; AMARAL, Heloísa (org). **A Reforma Psiquiátrica no Cotidiano II**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, p. 25-37, 2007a.

MERHY, Emerson Elias. Os CAPS e seus trabalhadores: no olho do furacão antimanicomial. Alegria e alívio como dispositivos analisadores. In: MERHY, Emerson Elias; AMARAL, Heloísa (org). **A Reforma Psiquiátrica no Cotidiano II**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, p. 55-66, 2007b.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto**: a cidade. Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. O que pode a clínica? A posição de um problema e de um paradoxo. In: FONSECA, Tania Mara Galli; ENGELMAN, Selda (org). **Corpo, Arte e Clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 275-286, 2004.

RODULFO, Ricardo. **Desenhos fora do papel**: da carícia à leitura-escrita na criança. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUSA, Edson Luiz André de. Utopias como âncoras simbólicas. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patricia Gomes [org.]. **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 63-68, 2003.

STOCK, Bianca Sordi. Produto 1 - PROJETO 914BRA1124, Edital UNESCO 02/2012. Não Publicado.

WINNICOTT, Donald Wood. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1975.